



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

## **4. EDUCAÇÃO**

FORTALEZA, 23 DE JUNHO DE 1964

NA UNIVERSIDADE DO CEARÁ, ANUNCIAN-  
DO A INSTITUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO.

Estou sumamente grato às saudações com que me distinguiestes. Até porque, acompanhando há muito as vossas atividades, tão importantes no cenário do pensamento, sei bem quanto significam como lídima expressão da nossa gente, sempre tão interessada e presente nos problemas da cultura. Por isso mesmo é sôbre aspectos da educação que vos venho falar.

São ainda novas as Universidades Brasileiras. Apareceram quando muitas das suas congêneres, em outros países, já eram centenárias. Tão curta existência, no entanto, não impede que a do Ceará já tenha imprimido forte marca na comunidade a que serve. Sei estar numa casa, onde, ao lado da cultura clássica, vivem numerosos institutos de pesquisa, todos voltados para útil e fecundo trabalho de ampliação de conhecimentos, certos de que sômente pela investigação diuturna consegue o homem nova visão do mundo que o cerca.

Bem compreendestes que a Universidade moderna tem o seu dinamismo nas atividades de investigação. E foi por assim entender que vos empenhastes na instalação e equipamento dos vossos institutos de pesquisa, aos quais está certamente reservada função tão importante quanto a das escolas superiores. Também não descurastes o aperfeiçoamento do Magistério e, através de cursos de pós-graduação, estágios em centros mais avançados, ou participação em Seminários de estudo, tendes conseguido constante aumento de conhecimentos dos vossos professôres.

Na realidade, sois a semente caída em boa terra. Havendo encontrado uma tradição de cultura, que tem as suas raízes nos tempos coloniais, não foi difícil à vossa Universidade, dentro de adequado e progressista planejamento, polarizar iniciativas da maior importância para toda a vida do Estado. Refiro-me não apenas àquelas relativas às boas letras, à ciência, ou à tecnologia, mas também às que se destinam a influir diretamente na recuperação econômica do Estado, através de eficientes planos de industrialização.

Assim, graças ao vosso trabalho e às vossas realizações, granjeastes justo e crescente prestígio, que se reflete em todos os setores de atividade do Ceará. E não seria exagero dizer que, havendo passado as fronteiras do Estado, o vosso renome já constitui patrimônio de todo o Nordeste.

Não é, portanto, uma lisonja reconhecer que a vossa Universidade constitui hoje o mais alto luzeiro da terra da luz.

Li num dos vossos documentos que não desejais ser a «Tôrre de Marfim», mas a «Tôrre de Vigia», donde acompanhe o processo evolutivo da sociedade brasileira, inculcando nos cidadãos a consciência dos valores necessários à formação de uma cultura autêntica. Nenhum lugar, pois, mais adequado do que este para um golpe de vista sobre o pobre panorama da educação nacional.

É do conhecimento de todos a grave e lamentável situação que a Revolução encontrou no setor da educação, onde o poder público não pecou apenas pela omissão, mas também pela complacência e, por vezes, pela ação deletéria. Era com a própria orientação, com o apoio ostensivo e, mais do que isso, com a ajuda perdulária do Ministério da Educação e Cultura, que se desenvolvia uma obra de agitação e subversão.

Abandonaram-se programas e planejamentos; esqueceram-se compromissos e metas nacionais e internacionais seguramente definidos, e ingressou-se num clima de irresponsabilidade, que conduzia ao aviltamento da educação brasileira.

Agora, decorridos dois meses de Governo, posso anunciar as linhas mestras de sua ação no campo educacional, ação que obedecerá a zeloso, eficiente e correto emprêgo dos recursos que

serão destinados à execução de um plano objetivo confiado a uma estrutura administrativa atualizada e desburocratizada. O pensamento da descentralização presidirá o encaminhamento desse programa, que fortalecerá a Federação antes ameaçada pela permanente intromissão do Governo Federal em assuntos da competência estadual, como nos ensinos primário e secundário.

Por certo a interdependência crescente dos diversos problemas de ordem educativa torna cada vez mais imperioso o planejamento conjunto da educação. Cumpre, pois, que os seus múltiplos e complexos aspectos sejam hierarquizados pela sua relevância, desde o imperioso dever da universalização do ensino primário obrigatório e gratuito até a inadiável preparação de pessoal qualificado para atender ao surto do desenvolvimento do País.

Nenhum problema mais grave do que o deste ensino, pois o Brasil não pode continuar a apresentar-se entre as nações com mais de trinta milhões de analfabetos. Relegar ao analfabetismo metade das novas gerações equivale a perdermos metade de precioso elemento com que poderemos contar para o progresso econômico, cultural e social. Governos anteriores já assumiram compromissos internacionais no sentido de proporcionar escolas a toda a nossa população em idade escolar. Agora vamos criar condições para que tal objetivo seja alcançado. É o que prometemos hoje solenemente perante a Nação, que não mais suporta ser enganada na observância dos direitos mais sagrados do povo.

Não desconhecemos o que êle representa. E o País necessita compreender o quanto vai ser exigido de determinação, idealismo e cooperação. Impõe-se assegurar meios para que, até 1970, sejam construídas no território nacional aproximadamente cem mil salas de ensino primário, para cerca de seis milhões de crianças. Onde, porém, buscar recursos para esta obra ciclópica? Mesmo somadas todas as disponibilidades da União, dos Estados e dos Municípios, são insuficientes para atender ao vulto da tarefa. Para obter os recursos necessários pretende o Governo a colaboração das empresas privadas, cuja responsabilidade, solidária na educação dos seus servidores e dos seus filhos, é princípio constitucional. Recorremos ao salário-educação, para assegurar a toda a criança ao

menos a possibilidade de freqüentar a escola primária. É o mínimo que se pode querer.

Assim, com fundamento na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Governo proporá ao Congresso a instituição do salário-educação, que representará em última análise a participação de toda a comunidade na solução do seu problema mais fundamental e mais grave.

A medida, com pequeno ônus para as empresas, duplicará os recursos do ensino primário, colocando à disposição dos Estados, ainda neste exercício, se aprovada pelo Congresso, cerca de cinquenta bilhões de cruzeiros, possibilitando a matrícula de um e meio milhão de crianças. Certamente, nenhuma empresa deixará de reconhecer que a contribuição é irrelevante em face dos benefícios proporcionados, inclusive em relação ao ritmo do trabalho e à produtividade.

No ensino primário preocupa, essencialmente, a criança. Mas, paralelamente, dar-se-á solução ao problema do adulto analfabeto, a fim de que se integre completamente numa sociedade que o tem abandonado e desrespeitado.

No ensino médio, tão deficiente quanto o primário, pensa o Governo proporcionar bem maiores oportunidades educacionais. Dever-se-á, inclusive, suprimir as discriminações entre o ensino de tipo acadêmico e os ramos que preparam para as várias atividades tecnológicas, indispensáveis ao desenvolvimento do País. Quem poderá separar a prosperidade da Grã-Bretanha das suas trezentas escolas de Tecnologia, adestrando, anualmente, 30.000 novos técnicos? Nem podemos esquecer esta observação do Dr. Lenihan, ilustre educador: «O cientista, o tecnologista e o técnico são, no todo, produtos do sistema educacional, não do sistema industrial no qual têm a esperança de trabalhar». Observação que representa a resposta aos que imaginam dever a industrialização caminhar à frente da formação dos que irão servir, quando a verdade é justamente o oposto: os técnicos forcem, inevitavelmente, o desenvolvimento e a industrialização.

Muito se tem falado, nos últimos tempos, em reforma universitária. Contudo, nem sempre os propósitos têm sido os alardea-

dos, que apenas escondem a criação de um clima de agitação incompatível com os melhores objetivos. Aliás, entre as metas educacionais do Govêrno está a revisão da estrutura universitária, a começar pelo estatuto do Magistério. Uma sucessão de federalizações sobrecarregou o Erário Público, impedindo-o de atender alguns setores onde se faz reclamada a sua assistência. Em Estados que estão longe de haver solucionado os problemas de ensino primário e médio, vemos Universidades bastante dispendiosas. Assim, sòmente quando provada a imperiosa necessidade, autorizará o Govêrno a criação de escolas superiores. Insistirá, principalmente, na orientação da Lei de Diretrizes e Bases, que preconiza a formação de fundações e autarquias para atender ao ensino superior, do mesmo modo que exigirá dos cursos oficiais superiores, sem prejuízo da sua eficiência, admissão de número maior de jovens, a fim de vermos diminuído o alto custo de cada estudante superior anualmente.

Face a tantos problemas de vital importância para o País, o Govêrno deseja que o Ministério da Educação e Cultura exerça, orgânica e eficazmente, a sua ação supletiva autêntica e democrática no desenvolvimento e concretização do Plano Nacional de Educação. Este, aliás, é da responsabilidade e elaboração do Conselho Federal de Educação, do qual esperamos seja não só a sentinela vigilante na defesa da Lei mas guarda avançada, para prever perigos, auscultar obstáculos e propiciar as vitórias que, no campo educacional, o Conselho, o Ministério e o Govêrno devem alcançar para salvaguarda da democracia e da educação no Brasil.

Uma palavra especial dirijo aos educadores do Brasil. Palavra que é de agradecimento e estímulo. Na medida das suas possibilidades, o Govêrno procurará corresponder à dedicação dos educadores, proporcionando aos Estados maiores recursos, que, em parte, deverão beneficiar os que se dedicam à educação da infância e da juventude. Do mesmo modo que incentivará as iniciativas destinadas a criar novas oportunidades para o aprimoramento do magistério através de cursos, estágios e bôlsas de estudo.

Também reconhece o Govêrno a valiosa contribuição da iniciativa privada para a educação nacional. Onde chegou o homem civilizado, veio atrás dêle o educador. Seja como missionário da fé e da instrução, seja como idealista, mas sempre com o mesmo propósito de romper as cadeias da ignorância. Assim, para quantos se entreguem ao mister de ensinar, não há distinção entre escola oficial e escola privada, pois não sòmente o prescreve a Constituição, mas também o exige a consolidação da democracia brasileira.

Outrossim, a ação do Govêrno deverá estender-se à comunidade estudantil. Não se contesta aos moços das escolas superiores que se adestram para assumir, em breve, postos de atuação e orientação, o direito, e, mais do que o direito, o dever de tomarem conhecimento dos problemas nacionais. É mesmo recomendável que a mocidade sinta e viva êsses problemas, no momento em que se apresentam e desenvolvem. É uma tomada de consciência que há de ser feita pelos moços no campo da aprendizagem e nos têrmos adequados à sua condição de cidadãos em fase de formação.

Nesse ponto é flagrante que precisamos nos entender melhor. Uma Universidade não é um campo neutro freqüentado pelos que têm gôsto pelas delícias intelectuais, nem é apenas centro de formação de profissionais liberais, ou de pesquisadores e professores. É muito mais do que isso. Representa um organismo vivo, em permanente e recíproca comunicação com os anseios e aspirações populares, que deve atender ou corrigir, quando necessário. Daí haver notado Amoroso Lima ser «uma ilusão pensarmos em ter Universidades modelares, em um país desorganizado e caótico». Aliás, já que vos lembrei o nome do ilustre educador, não deveremos esquecer as palavras que, em 1958, proferia contra a «perigosa tendência de infiltrar a Universidade de preocupações políticas, especialmente entre o corpo discente, que poderá ser amanhã completamente desastrosa». É que aí, como em tudo, deve haver uma boa medida, um equilíbrio. Assim como há de imperar na Universidade o regionalismo, com o pé na terra, para poder partir para concepções universais, também há de existir a disciplina, que forma o espírito público e a mútua compreensão entre mestres e estudantes.

Nuns e noutros tem a Universidade as suas verdadeiras bases. Aquêles são os instrumentos de que se vale para despertar o interesse dos alunos e transmitir-lhes os conhecimentos que reclamam para a sua formação. Os últimos são a sua própria finalidade. Imprescindível, portanto, que ambos se entendam em termos perfeitamente democráticos. Se ao professor não cabe fazer proselitismo com o objetivo de impor idéias ou ideologias, ao estudante compete não ficar a serviço de qualquer grupo, servindo por vêzes de juguête nas mãos dos que desejam a subversão. É preciso não marcar a vida do estudante de hoje, possivelmente o dirigente de amanhã, com a vinculação à subversão, à corrupção, ou à vadiagem onerosa dos falsos movimentos estudantis. Para se iniciar nas refregas da democracia, basta que êle se arregimente nas suas agremiações. Acredito nos professôres universitários do Brasil e sei que êles entendem a Universidade como instituição de cultura e de pesquisa cuja independência é imprescindível preservar. É um longo convívio com jovens de tôdas as regiões do País permite-me confiar sem reservas em nossa juventude. Esta confiança é ainda mais firme quando se trata de moços despontando para a vida pública e que anseiam exercer a profissão difícil de serem homens. Confiança tanto mais necessária quando antevemos as imensas responsabilidades que assumirão ao substituir os que têm hoje os encargos do Govêrno e as tarefas do desenvolvimento do País, do bem-estar do povo e da paz social.

Não terminarei sem vos assegurar que tudo quanto disse está unguido pela emoção de vos falar dêste recanto da Pátria comum e que, nas minhas mais longínquas recordações, está sempre marcado pela visão de pessoas, de lugares, e acontecimentos, que se ligam profundamente à admirável terra cearense.